

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, levantadas em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. O objetivo estratégico da Sax está orientado ao atendimento das necessidades de crédito, principalmente aos consumidores de sua controladora Marisa Lojas S.A. Além de tal objetivo, a SAX também auxilia sua controladora a expandir sua base de clientes, bem como oferecer produtos e serviços que agreguem valor ao seu portfólio, e também a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. São Paulo, 08 de março de 2018.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	2017	2016	PASSIVO	Nota explicativa	2017	2016
Circulante		157.843	124.249	Circulante		61.409	21.261
Disponibilidades	4	296	170	Depósitos	9	35.785	8.157
Aplicações interfinanceiras de liquidez		25.918	19.067	Depósitos Interfinanceiros		35.785	8.157
Aplicações no mercado aberto	5	25.918	19.067	Outras obrigações		25.624	13.104
Operações de crédito		113.457	96.871	Fiscais e previdenciárias	11.a	9.332	3.301
Setor privado	6.a	157.842	131.994	Sociais e estatutárias	13.b	9.798	4.392
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.f	(38.385)	(35.123)	Diversas	11.b	6.504	5.411
Outros créditos		12.172	8.141	Exigível a Longo Prazo		2.031	1.756
Rendas a receber	7	830	581	Recursos de aceites		188	169
Crédito Tributário	7	6.934	5.630	Obrigações por emissões			
Diversos	7	4.408	1.670	de letras financeiras	10	188	169
Realizável a Longo Prazo		1.498	1.498	Outras obrigações		1.843	1.587
Operações de crédito		954	881	Cobrança e arrecadação			
Setor privado	6.a	980	866	de tributos e assemelhados	11.a	49	47
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.f	(16)	(5)	Diversas	11.b	1.794	1.540
Outros créditos		1.019	617	Patrimônio Líquido		96.614	102.799
Crédito Tributário	7	1.019	617	Capital social	13.a	69.000	69.000
Permanente		228	69	Reservas de lucros		27.614	33.799
Imobilizado de uso		33	43				
Outras imobilizações de uso	8.1	255	246				
(Depreciações acumuladas)	8.1	(22)	(203)				
Intangível		195	26				
Ativos intangíveis	8.2	1.471	1.265				
(Amortização acumulada)	8.2	(1.279)	(1.239)				
Total do Ativo		160.654	125.816	Total do Passivo		160.054	125.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

Saldos em 31 de Dezembro de 2015	Nota explicativa	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Legal		
		69.000	5.888	10.661	85.549
Lucro líquido do exercício		-	-	29.180	29.180
Dividendos distribuídos	13.b	-	-	(5.000)	(5.000)
Destinações:					
Reserva legal	13.b	-	1.458	(1.458)	-
Reserva especial de lucros	13.c	-	20.792	(20.792)	-
Dividendos propostos (R\$0,6968 por ação)	13.b	-	-	(6.930)	(6.930)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		69.000	7.346	26.453	102.799
Lucro líquido do exercício		-	-	41.210	41.210
Dividendos distribuídos	13.b	-	-	(37.607)	(37.607)
Destinações:					
Reserva legal	13.b	-	2.060	(2.060)	-
Reserva especial de lucros	13.c	-	29.362	(29.362)	-
Dividendos propostos (R\$0,4573 por ação)	13.b	-	-	(9.788)	(9.788)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		69.000	9.406	18.208	96.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("SAX" ou "Sociedade") tem como objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas. O seu capital foi subscrito e integralizado em 25 de maio de 2005 e, em 21 de setembro do mesmo ano, a Sociedade foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, tendo iniciado suas operações em 22 de maio de 2006. As operações são conduzidas em conjunto com as Empresas do Grupo Marisa ("Marisa"), que atuam preponderantemente no mercado varejista, e com quem a Sociedade compartilha a estrutura necessária para a operacionalização das suas atividades. Conseqüentemente, os resultados apresentados e a posição patrimonial poderiam ser diferentes caso essas operações tivessem sido realizadas com partes não relacionadas. Em 4 de dezembro de 2008 o Grupo Marisa celebrou com o Banco Itaú Holding Financeira S.A., por meio de sua controlada Banco Itaú S.A. ("Itaú"), "Acordo de Associação" que descreve as premissas de um acordo operacional pelo prazo de 10 anos, que possibilita ao Itaú o direito de preferência à oferta de concessão de empréstimo pessoal aos clientes da Marisa, operação que atualmente é oferecida pela SAX. Caso o Itaú recuse a concessão do empréstimo pessoal a qualquer cliente, a SAX poderá atender o não, a esses clientes, de acordo com seus critérios de análise creditícia. O referido "Acordo" garante, também, ao Itaú, o direito de preferência na aquisição de créditos existentes na carteira da SAX. Em 29 de setembro de 2015, foi realizado o segundo aditamento ao acordo de associação, o qual prorrogou por mais 10 anos a vigência do referido acordo. Até o momento todas as operações de empréstimo pessoal comercializadas nas Lojas Marisa são efetuadas pela SAX e conforme garantido no referido acordo, o Itaú poderá optar em oferecer esta modalidade de crédito a qualquer momento durante a vigência do referido acordo. Até 31 de dezembro de 2017, o Itaú não exerceu sua preferência de aquisição de operações atreladas ao contrato.

2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na legislação societária brasileira, associada às normas e instruções do BACEN e estão apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pela Sociedade, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda diferido ativo. Os resultados efetivos podem ser diferentes de estas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: • **CPC 01** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; • **CPC 03** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; • **CPC 05** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; • **CPC 10** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; • **CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; • **CPC 24** - Divulgação de eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; • **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; • **CPC 33** - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; • **Pronunciamento Conceitual Básico (RI)** - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. A autorização para emissão das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017 foi concedida pela Diretoria em 06 de março de 2018.

3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: **a) Ajuste do resultado.** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa.** Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN através da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, com agravado para alguns "ratings" calculado de acordo com o histórico de perdas. A Sociedade não efetua o reconhecimento de receitas de qualquer natureza relativa a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, sendo referida receita registrada apenas quando o efetivo recebimento. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente às renegociações. As operações que classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. **e) Cessão de crédito sem coobrigação e outras avenças:** As cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367 de 11 de setembro de 2014, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção ou não substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As cessões de crédito com transferência dos riscos e benefícios resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período. **f) Outros ativos e passivos circulante e realizável longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até as datas dos balanços, encobertos em base "pro rata die". **g) Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para hardware e 10% para instalações e móveis e utensílios. **h) Ativo intangível:** Consiste em investimentos na implementação e customização de uso de softwares que são amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano. **i) Redução do valor recuperável de ativos não monetários:** Estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em exercícios anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. A Sociedade não teve nenhum ativo sujeito a perda de seu valor recuperável. **j) Depósitos e captações no mercado aberto:** Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerando os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die". **k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Para os riscos cíveis, as provisões são constituídas sobre o valor envolvido de acordo com o percentual definido pela Sociedade através do histórico de liquidação de processos de mesma natureza, ocorridos nos últimos 9 meses do ano de 2016. O limite máximo de provisão é de R\$ 4,1 (quatro mil e cem reais), considerando o valor médio de condenação. Para os riscos trabalhistas, as provisões são constituídas também sobre o valor envolvido, quando forem mensuráveis, de acordo com o percentual definido pela Sociedade através do histórico de liquidação dos processos, separados por ações diretas e/ou de terceiros, nos últimos 12 meses. • Os riscos classificados como perdas possíveis não são reco-

nhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos, impostos e contribuições. O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. **l) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável e acrescida de 10% incidências sobre os lucros tributários, excetados a R\$ 240 no exercício. A contribuição social foi apurada sobre o lucro líquido tributável à alíquota de 20%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributários futuros suficientes para a compensação desses créditos, veja nota explicativa nº 7. Os créditos tributários foram constituídos pelas alíquotas vigentes nas datas de expectativa de realizações dos meses: **m) Resultado por ação:** É apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2017	2016
Disponibilidades	296	170
Aplicações interfinanceiras de liquidez	25.918	19.067
	26.214	19.237

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações no mercado aberto, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, estão compostas como segue:

	2017	2016
Letras do Tesouro Nacional	25.918	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	19.067
	25.918	19.067

Referem-se a aplicações em títulos públicos com compromisso de recompra pela contraparte com rendimento de 6,75% a.a. em 31 de dezembro de 2017 (13,50% em 31 de dezembro de 2016). **6. Operações de crédito:** As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, estão assim sumarizadas:

	2017	2016
a) Por operação		
Empréstimo pessoal	151.011	125.782
Empréstimo consignado	7.811	7.098
	158.822	132.880
Ativo circulante	157.842	131.994
Ativo realizável a longo prazo	980	886
	158.822	132.880

b) Composição das operações por faixas de vencimento

	2017		2016	
	Valor	% sobre total	Valor	% sobre total
Parcelas a vencer:				
Até 30 dias	25.036	15,76	20.483	15,42
De 31 a 60 dias	21.642	13,63	17.875	13,45
De 61 a 90 dias	16.855	10,61	13.864	10,43
De 91 a 180 dias	32.668	20,57	26.311	19,80
Acima de 180 dias	19.959	12,57	15.404	11,59
	116.160	73,14	93.937	70,69

Parcelas vencidas:

	2017		2016	
	Valor	% sobre total	Valor	% sobre total
Até 30 dias	8.743	5,50	7.034	5,29
De 31 a 60 dias	5.448	3,43	4.539	3,42
De 61 a 90 dias	4.698	2,96	4.031	3,03
De 91 a 120 dias	4.350	2,74	3.783	2,85
De 121 a 150 dias	3.886	2,45	3.484	2,62
De 151 a 180 dias	3.600	2,27	3.338	2,51
De 181 a 240 dias	6.159	3,88	6.154	4,63
De 241 a 300 dias	4.008	2,52	4.462	3,36
De 300 a 360 dias	1.770	1,11	2.118	1,59
	42.662	26,86	38.943	29,31
	158.822	100,00	132.880	100,00

c) Concentração das operações

	2017	2016
Dez maiores devedores	503	429
Cinquenta seguintes maiores devedores	597	527
Cem seguintes maiores devedores	671	572
Demais clientes	157.051	131.352
	158.822	132.880

d) Composição por vencimento das parcelas

	2017		2016	
	Valor	% sobre total	Valor	% sobre total
A vencer até 3 meses	63.533	40,00	55.762	41,96
A vencer de 3 a 12 meses	51.646	32,52	40.828	30,72
A vencer de 1 a 3 anos	972	0,61	872	0,66
A vencer acima de 3 anos	8	0,01	14	0,01
Vencidos	42.663	26,86	35.404	26,64
	158.822	100,00	132.880	100,00

e) Composição por atividade econômica - setor privado

	2017		2016	
	Valor	% sobre total	Valor	% sobre total
Pessoas físicas	158.822	100,00	132.880	100,00
	158.822	100,00	132.880	100,00

f) Composição da carteira por nível de risco

	2017		2016	
	Provisão	% sobre total	Provisão	% sobre total
A	0,5	99,313	497	80,647
B	1,0	7,002	70	5,715
C	3,0	7,348	220	2,207
D	10,0	6,359	636	6,336
E	30,0	6,168	1.850	3,232
F	50,0	5,183	2.591	2.084
G	70,0	4,387	3.071	1.088
H	100,0	23,062	23.062	22.483
	158.822	31,997	6.404	38.401

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2017	2016
Saldo inicial	(35.128)	(35.128)
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(41.305)	(39.490)
Reversão de provisões	38.032	36.243
Baixa de títulos incobráveis	(38.401)	(75.228)
	(38.401)	(75.228)

h) Recuperação de créditos: Os recebimentos de operações recuperadas totalizaram o montante de R\$13.283 (R\$12.029 em 2016). O montante recuperado há R\$5.752 referente a cessão de crédito realizada em 19 de abril de 2017, a qual celebrou contrato de cessão de operações de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios junto ao Itapeva V1 Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados no montante de R\$203.957. A receita reconhecida no período está registrada na Demonstração de Resultado sob a rubrica "Operações de crédito".

7. Outros créditos: Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão representados por:

	2017	2016
Crédito a receber - sociedade ligada (*)	1.969	637
Saldos tributários (**)	7.953	6.203
Rendas a receber	830	581
Adiantamentos e antecipações salariais	26	5
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	738	730
Imposto de renda a compensar	1.131	679
Outros	544	433
	13.191	8.758

Ativo circulante